

MILA FERREIRA (INTERINA)
milaneivaf@gmail.com

Próxima demais de Ibaneis

Jackeline Couto Canhedo, exonerada por Celina Leão da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes-DF), ontem, não era só um quadro técnico indicado por Ibaneis Rocha. A ex-secretária é amiga íntima do ex-governador e da ex-primeira-dama, Mayara Noronha. Jackeline, Mayara e Ana Paula Marra, ex-secretária da Sedes, chegaram a trabalhar juntas no escritório de advocacia de Ibaneis no mesmo período. A proximidade de Jackeline com a família do ex-governador é a mesma de Ana Paula Marra, que, inclusive, ganhou o apoio de Ibaneis e de Mayara para se candidatar a deputada distrital pelo Podemos.

Indignação

Jackeline chegou a ser assessora especial da Sedes, chefe da assessoria de comunicação, chefe de gabinete de Ana Paula e secretária-adjunta. Não tinha como ela continuar no governo após a crise entre Ibaneis e Celina. O ex-governador, que mesmo depois de vir a público falar em decepção com a atual governadora já tinha amenizado o tom e falado em diálogo, não ficou nada feliz com a exoneração de Jackeline. Querida pelos servidores, apesar de sair repentinamente, ela ganhou homenagem no último dia na secretaria.



Redes sociais

Mais segurança aos motoristas de app

Aprovado nesta semana na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) do Senado Federal, um projeto de lei da senadora Leila do Vôlei (PDT) busca garantir o acesso a ferramentas de segurança aos motoristas de aplicativo de todas as companhias. O texto sugere que todo aplicativo de transporte seja obrigado a oferecer ao motorista botão de emergência, monitoramento de rota, opção de recusar corridas pagas com dinheiro vivo e informe do trajeto antes do motorista aceitar a corrida e direito de recusar corridas pedidas para terceiros. O projeto ainda precisa ser votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado e, depois, pela Câmara dos Deputados.

Roque de Sá/Agência Senado



Mariana Lins/CB/D.A Press



Em defesa dos feirantes

O deputado distrital Ricardo Vale (PT) pediu ao Tribunal de Contas do DF (TCDF) a suspensão cautelar do edital que prevê a licitação de 77 boxes da Feira Permanente de Santa Maria. Segundo o parlamentar, o texto desconsidera a função social das feiras permanentes. A representação também aponta irregularidades como a limitação do direito de permanência dos atuais ocupantes dos boxes e a inversão das fases da licitação, com prioridade para as propostas financeiras antes da habilitação dos participantes. "Se houver licitação, ela precisa ser feita com critérios sociais, garantindo proteção aos trabalhadores que vivem das feiras há anos. Não vamos permitir que os feirantes sejam prejudicados por um modelo que favorece apenas quem tem maior poder econômico", afirmou Vale. O parlamentar solicita ao TCDF a suspensão do edital até que as irregularidades sejam corrigidas.

Mariana Lins/CB/D.A Press



Por uma cidade mais limpa

O deputado distrital Joaquim Roriz Neto (PL) apresentou o Projeto de Lei nº 2.276/2026, que cria o Programa Distrital de Incentivo à Denúncia de Descarte Irregular de Lixo e demais Resíduos no DF. A proposta prevê recompensa de 20% do valor da multa aplicada ao infrator para cidadãos que denunciarem irregularidades com provas como fotos, vídeos ou identificação de veículos. "O descarte irregular de lixo é um problema recorrente em várias regiões do DF e precisamos ampliar os mecanismos de fiscalização e conscientização. Esse projeto cria uma rede de colaboração entre o poder público e a população para combater essa prática", afirma o parlamentar. O texto também garante sigilo ao denunciante e prevê punições para denúncias falsas. As denúncias deverão ser feitas pelos canais oficiais do DF Legal.

Divulgação



Literatura jurídica para concursos

O escritor e especialista em concursos públicos Max Kolbe lançou, nesta semana, dois livros sobre concursos e gestão pública: *O direito nos concursos públicos* e *O Processo Administrativo Disciplinar*. As publicações abordam conteúdos relacionados à preparação para concursos, rotina de estudos e temas ligados à gestão pública, com foco em candidatos e profissionais que desejam atuar no setor público. O lançamento contou com a presença, entre outras autoridades, do presidente da OAB-DF, Paulo Maurício Siqueira.

"Tô desafiando aqui a esquerda brasileira. Vocês têm medo dessa CPMI. Nenhum de vocês assinou. Eu assinei todas"

Flávio Bolsonaro, senador (PL-RJ)

"Nós assinamos a CPI das deputadas Heloísa Helena e Fernanda Melchionna, e do deputado Rodrigo Rollemberg. Uma CPI capitaneada por quem está sendo investigado por fraude e crime eleitoral a gente não assina"

Erika Kokay, deputada federal (PT-DF)



Waldemir Barreto/Agência Senado



Thiago Cristino/Câmara dos Deputados

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | DANIELLE KALKMANN | SUBSECRETÁRIA DA DEFESA AGROPECUÁRIA DO DF

Ao CB.Agro, a gestora da Secretaria de Agricultura detalhou como vai funcionar o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com Goiás

Passaportes equestres integrados

» MANUELA SÁ*

O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Distrito Federal e Goiás, assinado durante a AgroBrasília, foi tema, ontem, do CB.Agro — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. Às jornalistas Mila Ferreira e Raphaela Peixoto, a subsecretária da Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, Danielle Kalkmann, explicou o que muda com essa novidade. A subsecretária também falou sobre gripe aviária, recadastramento do rebanho e necessidade de aplicar as vacinas de brucelose e da raiva.

A Seagri assinou um acordo de cooperação com a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) para trabalhar o trânsito interestadual de equinos. Como vai funcionar essa novidade?

O DF implementou, no ano passado, o passaporte equestre, documento que visa a facilitar o trânsito de equinos dentro do DF. Ele funciona com um QR Code. Então, o produtor não precisa ficar carregando mais o Guia de Trânsito Animal (GTA) e os exames. Goiás também

tem o passaporte. A ideia é integrar esse dois passaportes equestres para facilitar o trânsito interestadual. O DF está dentro do Goiás. Então, nossa relação tanto comercial quanto com o trânsito é muito intensa. Se conseguirmos fazer essa integração, certamente vai melhorar bastante a vida do pecuarista. Isso é importante para que esses animais com alto valor agregado possam transitar de forma segura e para que consigamos manter a rastreabilidade desse processo. Também é bom para que o produtor tenha tranquilidade para fazer esse percurso.

Há casos de gripe aviária sendo confirmados no Brasil. A governadora Celina Leão ampliou o decreto que fala sobre ações de prevenção e monitoramento para evitar a chegada dessa doença no DF. Qual é a importância dessa medida?

O DF tem uma produção avícola muito grande. A gente, inclusive, exporta carne de aves para outros países, especialmente para o Oriente Médio. Nós precisamos nos prevenir para a entrada dessa doença, porque ela pode causar um prejuízo muito grande para a produção do DF. No ano passado, tivemos a confirmação de um caso no Zoológico de Brasília. Foi uma ave silvestre. Então, não

Davi Pereira/CB/D.A Press



temos no DF ocorrência em aves comerciais nem na avicultura de subsistência. Felizmente, passamos por essa fase complicada, mas estamos sempre atentos. Agora, estamos passando por um período de migração de aves silvestres vindas do Sul para o Norte das Américas. Essas aves estão passando podem parar no DF para beber água, se alimentar, fazendo com que esse seja um momento de maior risco. Então, um

decreto de emergência é muito importante para que estejamos preparados para o enfrentamento de um possível problema.

A Seagri está com uma campanha de recadastramento de produtores rurais. Como funciona?

O DF é reconhecido como uma área livre de febre aftosa sem vacinação. Isso quer dizer que os produtores



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

não precisam mais vacinar o rebanho bovino contra essa doença. Mas essa vacinação foi substituída por uma campanha anual de atualização do rebanho. Por que precisamos fazer isso? Antes, a atualização era feita junto com a vacina. A vacina não é mais feita, mas mantemos a atualização cadastral. Por quê? Pensa no caso de uma doença, por exemplo. Se eu não sei onde estão as propriedades do DF nem o tamanho do rebanho em cada um desses terrenos, como a defesa agropecuária vai agir para conter um novo foco de doença. O recadastramento não é para fiscalizar ou punir o produtor. Ele é feito para sabermos onde está o rebanho do DF e seu tamanho, para, no caso de uma doença, conseguirmos agir rápido. Ao mesmo tempo, quando a gente sabe o que temos, conseguimos pensar políticas públicas para esses pecuaristas, sempre pensando em trazer melhorias. A campanha anual é de 1º de maio até 15 de junho. Então, o produtor tem que ficar atento porque estamos chegando ao

limite da data. Ele pode fazer isso via sistema, com link disponível no site da secretaria, e por meio de qualquer um dos nossos escritórios da Defesa Agropecuária.

Pecuaristas precisam ficar atentos para as vacinas da brucelose e da raiva. Por quê?

Não precisamos mais vacinar contra a febre aftosa, mas temos uma doença bastante grave que causa prejuízos econômicos para o produtor e também pode causar problemas de saúde no ser humano, que é a brucelose. Então, aquele pecuarista que tiver bovinos e bubalinos fêmeas na idade de três a oito meses precisa vacinar contra essa doença e cadastrar a nota fiscal no sistema. Se ele não fizer isso, ele não vai conseguir atualizar o cadastro do seu rebanho. Aqui no DF, também temos algumas áreas de risco para a raiva. Para bovinos, bubalinos e equinos que estejam nessa área de risco, há uma recomendação para vacinar contra a raiva. Não é obrigatória, mas recomendamos porque Planaltina, Sobradinho I e II, Brazlândia, Gama, São Sebastião e Paranoá são áreas de risco para raiva dos herbívoros.

*Estagiária sob supervisão de Patrick Selvatti